

# APLB-Sindicato

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

JORNAL MURAL REDE ESTADUAL - Nº 15 - MAIO/2020



## “Concepção neoliberal [de Bolsonaro] à pandemia vem sendo derrotada no mundo”, diz Rui Oliveira à Metrôpole

O professor Rui Oliveira, coordenador geral da APLB-Sindicato, falou ao Programa do Trabalhador, da Rádio Metrôpole, sobre a pandemia da Covid-19 no Brasil e as ações da entidade neste período de quarentena. A entrevista, dada ao radialista Raniere Alves, ocorreu no sábado (2/05). Entre as questões debatidas estava também a postura do presidente brasileiro em relação às medidas para combater o coronavírus. Desde o início da quarentena, Bolsonaro tem protagonizado diversas ações e falas polêmicas, criticadas no mundo todo. Ontem (7), o presidente, Guedes e empresários foram ao STF pedir o fim do isolamento social.

O governo federal, de ultradireita, defende que o Estado não interfira nas relações sociais e que quem deve fazer isso é o Mercado. Essa concepção neoliberal [de Bolsonaro] à pandemia vem sendo derrotada no mundo todo. Isso mostra que aqueles que defendem o isolamento social priorizam a vida em lugar do Capital”, disse Rui.

**Confira a entrevista:**  
**Como você avalia a postura do governo federal frente a esta situação de Pandemia?**

O governo federal, de ultradireita, defende que o Estado não interfira nas relações sociais da sociedade e que quem deve fazer isso é o Mercado. Então essa concepção neoliberal à pandemia, demonstrada por Bolsonaro, vem sendo derrotada no mundo todo. Isso mostra que aqueles que defendem o isolamento social priorizam a vida em lugar do Capital. Não se pode sair dizendo “E daí?”, para 5 mil mortes no Brasil, “E daí?”, para 100 mil mortes na Europa, “E daí?”, para 50 mil mortes nos Estados Unidos. Tem que ter respeito e grande senso de responsabilidade. Acho que o governo Bolsonaro fez opção pelo Mercado. Uma opção muito ruim! A população brasileira optou pelo isolamento social – 71%. Por isso, acho importante todos nós, setores organizados da sociedade, a imprensa, as universidades, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal, a maioria dos governadores e

prefeitos, estarmos de mãos dadas, neste momento, para salvar vidas. Enquanto isso, o presidente Bolsonaro vai ficando isolado no seu Palácio do Planalto.

**Professores têm tido problemas trabalhistas [nesta pandemia]? Existe algum plantão jurídico da APLB para auxiliar trabalhadores da Educação?**

De forma remota, temos um plantão jurídico que pode ser acessado por e-mail ou através dos contatos dos diretores. Fizemos um documento orientando todas as Delegacias e Núcleos da Bahia para entrar com medidas judiciais. Aqui na capital, o governo do estado insiste para que professores que pediram licença para fruição gozem a licença. O governo publicou a lista e, no dia seguinte, suspendeu as aulas na rede estadual. Não faz sentido estar de licença prêmio com as aulas suspensas. Isso não existe! Então, a APLB ingressou na Justiça, estamos com uma Liminar para ser julgada e esperamos ter resultado.

**Sobre o ensino remoto – CNE aprova proposta de aulas online para a conclusão do ano letivo. Qual o posicionamento da APLB sobre esta questão e a proposta da entidade para dar continuidade ao processo de aprendizagem nesta pandemia?**

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma resolução onde orienta a utilização do ensino remoto, que poderá ou não ser aproveitado como hora aula. Ficará à critério dos sistemas. Ou seja, os conselhos municipais e estaduais de Educação, cada um vai seguir a orientação mais conveniente do ponto de vista da sua região. Também o CNE recomendou ao Ministro da Educação que prorrogue o ENEM, que a prova não seja realizada na data prevista para o mês de novembro. Na educação básica, segundo a LDB, a Lei 9394/96 diz que Educação à Distância (EaD), no ensino básico, que compreende creche, pré-escola e educação infantil, ensino fundamental, médio e profissionalizante, só poderá ser aplicada de forma complementar e em termos de emergência. Então não dá para querer colocar EaD à distância agora. Isso é

uma pressão do grande capital, de grupos que existem no Brasil que compraram todo o setor educacional privado. Nós temos posição totalmente contrária EaD. Na Educação infantil presencial os alunos têm necessidade de atividades interacionais, lúdicas e afetivas. Necessidade de fortalecimento de relações cognitivas e de interação social nas demais etapas do ensino básico, além da pouca autonomia didática dos jovens nessa fase escolar. Essas necessidades a EaD não supre. É inadmissível. A Pedagogia deve ser respeitada. Não é qualquer pessoa que pode dar aula de EaD. Tem que ter um regulamento, uma regra. Se eu sou professor e vou trabalhar com EaD, eu tenho que ter técnica de ensino, de áudio visual, uma série de condicionantes, para isso. Além disso, é preciso ter política de acesso, acompanhamento e avaliação compatível para que isso seja computado no ano letivo. Então, dos 55 milhões alunos que estão nas escolas públicas de educação básica, 62% não têm acesso a nenhuma mídia digital. São totalmente analfabetos digitais. Não têm acesso à internet banda larga, não tem acesso a nada. Então, se não ficarmos de olhos abertos, teremos a maior evasão escolar do Brasil. Estamos fazendo grande debate sobre o tema. Diversas entidades têm posição contrária à EaD na Educação infantil, fundamental. Todas as universidades públicas estaduais e federais também têm posição contrária.

**A APLB, CTB e outras entidades sindicais estão em campanha para ajudar famílias carentes nesta quarentena. Como está sendo feita a ação?**

Estamos arrecadando alimentos, material de higiene, álcool em gel, etc, e doando para entidades e comunidades carentes. A APLB está fazendo um trabalho muito bom de solidariedade. Rui, além da aflição frente à pandemia, professores da rede municipal de Salvador enfrentam cortes no salário. O que a APLB tem a dizer sobre isso?

Os professores das escolas municipais de Salvador tiveram corte de salário no mês de março. Eu acho que num

época de pandemia, época de caos social, em que a gente precisa levar solidariedade, o prefeito e secretário de Educação precisam rever esse corte e resolver essa situação o mais rápido possível.

**A APLB implantou o atendimento psicológico à distância para os trabalhadores da Educação. Como tem funcionado?**

O que não falta é educador (a), em todas as redes de ensino, com problemas de saúde. Logo no início [da quarentena], pedimos ao estado que fosse feito o acolhimento social. Professoras, uma da rede municipal e outra da estadual, se suicidaram aqui em Salvador. No interior, diversos casos foram registrados. Estamos preocupados. Nesse sentido, a APLB começou a bancar, no primeiro mês, o acolhimento em Salvador e região metropolitana, porque o governo estadual disse que precisava encontrar orçamento para fazer essa ação. Agora o estado acaba de lançar um edital, vai implantar nossa proposta para o estado, que comece por Salvador, região metropolitana e se instale no interior da Bahia, principalmente nas grandes e médias cidades. A procura está sendo grande e os professores estão barbeando mais esta ação da APLB-Sindicato.

Deixe uma mensagem aos trabalhadores em Educação. A APLB-Sindicato acredita que nós vamos sair dessa. Em todos os lugares do mundo onde ocorreu o isolamento social, o número de vítimas foi bastante reduzido. Aqui nós temos um presidente irresponsável, desqualificado, que defende somente a família dele, de milicianos, desse povo que só quer o mal para o país. Não podemos deixar de fazer o isolamento social. Se sair, tiver necessidade de ir à rua, vá com máscara, num tempo rápido. Vamos nos proteger, porque, segundo a secretária de saúde da Bahia, o pico da Covid 19 no estado se dará no mês de maio, terminando na primeira quinzena de junho. Sendo assim, não temos condições nenhuma de dar aula. Queremos salvar vidas. Fique em casa! Sairemos dessa maior do que quando entramos. Viva os trabalhadores! Viva a APLB!

### APLB avalia que manutenção de datas do ENEM prejudica os estudantes da rede pública

Contrária à decisão do ministro da Educação, Abraham Weintraub, de manter as datas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), apesar da pandemia do novo coronavírus, a APLB-Sindicato como representante dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia defende o adiamento da prova e a discussão de novas datas.

Para o professor Rui Oliveira, coordenador-geral da entidade, a manutenção da data das provas só amplia as desigualdades e prejudica os estudantes da rede pública. “É necessário que o ministro da Educação seja sensível ao momento da Pandemia. Inclusive, para muitos estudantes da rede pública, o acesso à internet é uma realidade muito distante. E com a necessidade do isolamento social essa dificuldade é ampliada. Cabe ao ministro ter um mínimo de bom senso e alterar as datas. Os estudantes necessitam de mais tempo. Como se preparar se as aulas presenciais estão suspensas? É um absurdo a indiferença do então ministro ao declarar que “o ENEM não foi feito para corrigir injustiças”. Exigimos respeito e mais lucidez”, pontua Rui.

O professor ainda destaca que no âmbito da saúde pública, “é uma decisão de extrema imprudência manter a

data de realização das provas, tendo em vista que causarão aglomerações nos locais onde serão realizadas”, ressalta.

Além dos movimentos estudantis, políticos e entidades ligadas à Educação reforçam a necessidade do adiamento das provas. Deputados federais pedem que o Projeto de Decreto Legislativo nº 167/2020, que suspende o edital da prova de 2020, seja aprovado em regime de urgência. Já encaminhado ao plenário, o texto prevê o adiamento da prova e discussão de novas datas.

Além dos inúmeros apelos do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação, e das recomendações emitidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), uma ação popular corre na Justiça do Maranhão pedindo a prorrogação dos prazos. No Congresso, dois projetos de lei foram propostos com o objetivo de alterar as datas do exame.

Para muitos, a interpretação é que a teimosia do ministro se deve apenas ao desejo de agradar o presidente Jair Bolsonaro, uma vez que a alteração na data da prova, marcada para os dias 1 e 8 de novembro, não traria prejuízos financeiros ou logísticos.

### Vitória do movimento sindical: Senado aprova exclusão dos trabalhadores da Educação de PL que congela salários

Entidades sindicais que representam os trabalhadores em Educação, entre elas, APLB-Sindicato e CNE, saíram vitoriosas na luta contra o congelamento de salários dos servidores da área.

A forte pressão do movimento sindical fez com que a Câmara na terça-feira (5/05) e o Senado na quarta-feira (6/05) acabasse a inclusão de novos setores que ficariam fora do congelamento de salários de servidores públicos. Agora, além dos profissionais de Saúde, de Segurança Pública e das Forças Armadas, foram excluídos do congelamento os trabalhadores da Educação pública, servidores de carreiras policiais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, de serviços funerários e de assistência social.

Com a aprovação, o novo texto para o projeto de Lei Complementar (PLP) 39/2020, que cria o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus para prestar auxílio financeiro de até R\$ 125 bilhões a estados, Distrito

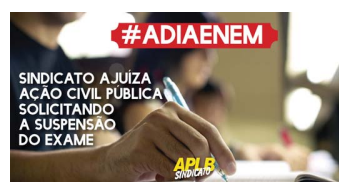
Federal e municípios segue agora para sanção presidencial. O objetivo principal é ajudar os entes federativos no combate à pandemia da covid-19. O valor inclui repasses diretos e suspensão de dívidas. Com os 81 senadores participando, o projeto foi aprovado por unanimidade, ou seja, 80 votos favoráveis, já que o presidente da sessão não vota.

“Fizemos uma grande mobilização virtual, com a participação da categoria, enviando mensagens aos deputados e senadores pressionando-os a excluírem os trabalhadores da área de ensino desse congelamento de salários. Neste momento difícil que o país atravessa, a APLB se mantém firme na luta em defesa da vida e dos direitos da classe trabalhadora”, disse Rui Oliveira, coordenador geral da entidade.

Outra novidade aprovada é a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos já homologados até 20 de março de 2020, em todo o território nacional. A suspensão será válida até que a União estabeleça o fim do estado de calamidade pública motivado pela pandemia.

### APLB VAI À JUSTIÇA PEDIR SUSPENSÃO DO ENEM

A APLB-Sindicato ajuizou na terça-feira (12/05), uma ação pedindo a suspensão do calendário do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a fim de garantir igualdade de condições para que alunos da rede pública e privada realizem a prova. No documento, o sindicato pede que o exame volte a ser aplicado em data posterior às previamente ajustadas, “através da suspensão de todo e qualquer ato relacionado ao Enem durante a vigência do decreto legislativo nº. 06/2020 de 20 de março de 2020, haja vista a ocorrência pandemia do Coronavírus, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020”, diz trecho. De acordo com o edital do exame, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a data das provas presenciais foram mantidas para os dias 1º e 8 de novembro deste ano. Pela primeira vez, o Enem será realizado em formato digital, nos dias 11 e 18 de outubro. No entanto, os candidatos terão que comparecer ao local de realização da prova, pois não será permitido o uso de computador próprio. De acordo com a visão da entidade, o preparo por meio de atividades a distância se mostra pouco eficaz. Além do mais, num país desigual como o Brasil, com a suspensão das aulas, muitos jovens sequer têm acesso à internet, situação que coloca estudantes da rede privada à frente dos demais. “A APLB é uma entidade que tem, entre seus objetivos, a luta em defesa da Educação pública, gratuita, democrática e de qualidade. A nossa preocupação é com a Educação como um todo e os impactos que a manutenção desse calendário pode ter sobre os estudantes da rede pública em nosso estado. Grande parte deles não possui acesso à internet. Portanto, já começamos com uma desvantagem muito grande em relação os alunos das escolas particulares. Além do mais, se levarmos em consideração que o



Enem é uma das principais portas de entrada para as universidades, a realização do exame, nas condições impostas, abre caminho para que um conjunto significativo de estudantes fique de fora dessas instituições no próximo período”, disse Weslen Moreira, diretor jurídico da APLB. Para Rui Oliveira, coordenador geral do sindicato, o ENEM foi criado para beneficiar, principalmente, estudantes de baixa renda, viabilizando o acesso dos mesmos ao ensino superior. Portanto, é injusto que o INEP não contemple as especificidades de todos os envolvidos nesse processo. “Sempre defendemos a inclusão de políticas públicas para garantir o acesso e permanência dos estudantes, principalmente os pretos, da periferia, nas universidades. Começamos com o sistema de cotas, depois o Fies, e o Enem foi uma grande conquista. Agora esse governo, cuja prioridade é os ricos, quer tirar o pobre das universidades. Fazer o Enem num período em que a maioria dos estudantes da escola pública não têm acesso às ferramentas necessárias e as escolas estão fechadas seria colocá-los num patamar de desigualdade ainda maior. Portanto, essa ação da APLB é muito importante para barrar mais uma injustiça que esse governo pretende promover”, declarou.

### Governo do estado suspende aulas por mais 15 dias

As aulas da rede estadual de ensino foram prorrogadas por mais 15 dias, a partir do dia 3 de maio, conforme anunciado pelo governador Rui Costa, na terça-feira (28/04). A medida tem o objetivo de evitar a contaminação pelo Coronavírus.

O governador falou ainda em reposição presencial das aulas, com a elaboração de um novo calendário escolar, mesmo que se somassem dias do recesso junino e que as aulas entrem no ano de 2021.

#fiqueemcasa

#### EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia - Rua Francisco Ferraro, 45, Nazaré - CEP 40040-465 Salvador - Bahia. Telefone (71) 4009-8350 - Fax: 4009-8379 www.aplbsindicato.org.br - aplbsind@gmail.com Diretores Responsáveis: Coordenador Geral: Rui Oliveira - Diretores de Imprensa: João Santana, Marcos Barreto e Nivaldino Félix de Menezes. Jornalista Responsável: Márcia Luiza de Araújo e Souza - Reg.2546. DRT-BA. Adriana Roque - Reg.4555. DRT-BA. Ruth Helena Souza Rodrigues - Reg. 018475 DRT-DF. Projeto Gráfico e Editoração: Jackson José dos Santos.